

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 04.11.2025

Prestar atenção ao desenvolvimento da equipa dos funcionários públicos e promover o aumento da eficiência governativa

Na cerimónia de tomada de posse do VI Governo da RAEM, o Presidente Xi Jinping apresentou quatro esperanças, entre estas, o aumento da eficiência governativa. Com o forte apoio do País, Macau tem de agarrar as novas oportunidades de desenvolvimento. Para realizar constantemente o seu papel de “um centro, uma plataforma e uma base”, é necessário um aumento contínuo da competitividade no desenvolvimento interno. Sob a predominância do poder executivo, o Governo da RAEM, parte principal da acção governativa, deve acelerar o desenvolvimento da modernização do sistema governativo e da competência governativa, recorrendo, sobretudo, à “remodelação sistemática” da administração pública para concretizar uma correspondência, com precisão, entre as funções do Governo e as necessidades da sociedade, pois só assim é que será possível construir um Governo assente no Estado de Direito que seja íntegro, altamente eficiente e justo, assim como um Governo moderno e orientado para serviços. E também só assim é que será possível orientar e estimular a criatividade e a dinâmica para o desenvolvimento social de Macau, aumentando, globalmente, o nível do desenvolvimento de Macau e disponibilizando uma garantia sólida para a prosperidade e a estabilidade permanentes da RAEM.

No novo mandato, o Governo aprofundou a promoção da reforma da administração pública e até publicou, recentemente, o Regulamento Administrativo intitulado “Regime geral de organização e estrutura orgânica dos serviços e entidades públicos”, que vem aperfeiçoar a estrutura orgânica e introduzir uma filosofia e um raciocínio novos no desenvolvimento da governação, reflectindo assim a essência do “persistir no caminho certo e apostar na inovação”, criando uma base importante para o desenvolvimento de um Governo empreendedor. Naturalmente, é de notar que o Governo procedeu à fusão e simplificação da estrutura orgânica, uma situação que conduz necessariamente ao ajustamento da estrutura do pessoal dos serviços ou a uma mudança ao nível funcional, mas os funcionários públicos são cruciais para o aumento da eficiência.

No entanto, sob o regime de quotas, o nível dos serviços prestados pelos funcionários públicos não é uniforme, existem grandes discrepâncias no volume de trabalho e as garantias de cada um também são diferentes, o que leva a que a mentalidade de alguns funcionários seja mais passiva, afectando a eficácia das acções governativas do Governo da RAEM. Nesta nova conjuntura de desenvolvimento, o Governo tem necessidade de reforçar, de forma específica e sistemática, a construção de uma equipa de funcionários públicos unidos e com moral, reforçando, nomeadamente, as acções de formação profissional. Mais, há que aperfeiçoar o mecanismo de avaliação do desempenho e criar um regime de remuneração e de subsídio justos, com vista à criação de um regime mais preciso,

científico e racional para incentivar a assunção de responsabilidades e, injectar confiança e força motriz no desenvolvimento socioeconómico de Macau.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. Sob o regime de quotas, a distribuição dos recursos humanos do Governo deve ser mais precisa, científica e racional. Assim, sugiro um ajustamento preciso e dinâmico nos recursos humanos dos diversos serviços públicos para dar respostas às necessidades do desenvolvimento dos trabalhos de reestruturação e alterações de funções dos serviços públicos. É necessário reforçar ainda mais o desenvolvimento do governo electrónico, dotando-o de novas tecnologias e optimizando o fluxo dos trabalhos para que este corresponda ainda mais às necessidades do desenvolvimento da sociedade.

2. O nível de capacidade profissional dos funcionários públicos é o núcleo ou ponto-chave para responder às solicitações da sociedade. No passado, a formação dos funcionários públicos centrava-se na Lei Básica e da lei em geral, raramente versava sobre outras matérias, por isso, existem discrepâncias no desempenho das suas funções, com falta de respostas atempadas às necessidades da sociedade. O Governo da RAEM deve rever os mecanismos de formação existentes, reforçar as capacidades profissionais dos funcionários e priorizar a capacidade de resposta às solicitações dos residentes e de resolução de problemas relacionados com a avaliação do desempenho, tudo para impulsionar a construção e o desenvolvimento dos funcionários públicos.

3. Os funcionários públicos em geral têm permanecido firmes nos seus postos de trabalho e trabalhado arduamente, contribuindo, deste modo, para a construção da RAEM. No entanto, ao longo destes anos, as solicitações dos funcionários não têm sido devidamente atendidas. Por exemplo, os funcionários públicos das categorias mais baixas que vivem com dificuldades não são apoiados, e os que aderiram ao regime de previdência, depois de se aposentar, não têm direito ao subsídio de residência e não são tratados de forma justa após a sua aposentação, o que afecta o moral destes. O Governo da RAEM deve rever o regime de garantia dos trabalhadores dos serviços públicos, no sentido de dar resposta às suas solicitações. Sugere-se que se estude a criação de mais subsídios de apoio aos trabalhadores de base da função pública e que os trabalhadores que aderiram ao regime de previdência possam receber o subsídio de residência depois de se aposentarem, desde que preencham os requisitos de tempo de serviços prestado, demonstrando o carinho do Governo para com os trabalhadores da função pública, e contribuindo para reforçar o desenvolvimento dos funcionários públicos.